

SALÁRIOS E MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Gilmar Mendes Lourenço

O consumo das famílias no Brasil registrou crescimento por 10 anos ininterruptos até 2013, ancorado na elevação da massa de salários reais, formada pela combinação entre acréscimo no emprego formal e informal e reajustes de rendimentos acima da inflação, além da diversificação e ampliação do volume de crédito, com a instituição e disseminação da modalidade em consignação, com desconto na folha de pagamento do tomador.

Mesmo assim, os orçamentos domésticos vêm manifestando, desde o segundo semestre de 2013, um quadro de maior aperto diante da contínua escalada dos preços e dos juros, particularmente das modalidades direcionadas aos consumidores, o que provoca redução da renda líquida disponível das pessoas.

Levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) revela que, em 2013, 86,9% das categorias profissionais obtiveram correções salariais superiores à inflação, medida pelo índice nacional de preços ao consumidor (INPC), por ocasião das respectivas datas bases, contra 95,1% em 2012. O ganho real médio nessas negociações foi de 1,25%, em 2013, versus 1,98%, em 2012. Lembre-se que o INPC é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para uma cesta de produtos consumidos pela população com renda familiar de até cinco salários mínimos.

A impulsão do consumo privado, derivada das variações do contingente ocupado e do montante de renda proveniente do trabalho, em patamares mais encorpados que a ascensão dos preços, nos anos recentes, apesar do panorama de diminuta expansão dos níveis de atividade (1,6% ao ano, no quadriênio 2011-201), contrasta com o cenário de estagnação da economia mundial.

O clima internacional menos animador repousa no elevado desemprego na Europa e da volátil recuperação da geração de vagas nos Estados Unidos que, ainda assim, é palco de uma gradativa retirada dos estímulos monetários e fiscais, lançados a partir da eclosão da crise

do *subprime*, em setembro de 2008, com a quebra da instituição financeira Lehman Brothers.

A apreciação triunfalista do comportamento do mercado de trabalho brasileiro perde força quando examinadas algumas de suas especificidades.

Porém, a apreciação triunfalista do comportamento do mercado de trabalho brasileiro perde força quando examinadas algumas de suas especificidades. Na verdade, os ramos do comércio, sensíveis às decisões de compra da população, foram os mais favorecidos pelas atualizações de rendimentos com adicionais à inflação, reproduzindo tal fenômeno em 98% dos casos das datas bases, com incremento real médio de 1,42%, em 2013, ante 1,91%, em 2012, conforme a entidade representante dos sindicatos.

Já os acordos no segmento de serviços exibiram a menor proporção de ganhos (77,9% de frequência e 1% de majoração real), além de apreciável heterogeneidade entre classes, com os bancários chegando a 100% de conquistas que suplantaram a inflação, por exemplo. Isso traduz a enorme diferenciação existente entre as diversas atividades desde subsetor e, por consequência, na formação e qualificação dos empregados.

Paradoxalmente, a mão de obra industrial experimentou elevações de remuneração real em 88,9% dos dissídios coletivos, em 2013, contra 96,2%, em 2012, apesar das quedas médias anuais de -0,5%, no emprego, e de -0,3%, nos níveis de produção. Não obstante, predominaram esforços das empresas na direção da manutenção dos efetivos ou, aos menos, da prorrogação dos desligamentos.

Nesse particular, a evidente insuficiência de pessoal qualificado, ou com potencial de capacitação no interior das organizações, e os enormes custos incorridos com a realização de demissões no Brasil, oportunizam a valorização do fator trabalho e a constituição de um ambiente marcado pela cautela no que se refere à tomada de decisões mais radicais nessa área, sob pena de ocorrência de custos incrementais mais adiante,

notadamente em treinamento e capacitação, em condições de reativação dos negócios.

Por isso, é fácil perceber e compreender os medíocres índices de produtividade do parque fabril operante no País, refém da precária qualidade da educação fundamental, técnica e profissionalizante e da ausência de interesse oficial em investir em um campo tão nevrálgico para o futuro da nação.

É notório que a administração Dilma deu início a uma empreitada de estímulos ao ensino técnico, deixando de lado a educação fundamental e média, que, aliás, vem produzindo os resultados mais desanimadores à nação, quando cotejados com a média das emergentes e avançadas, a partir de mensurações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).